

II. O CAMINHO DOS POBRES E DA ECONOMIA POPULAR

A realidade da pobreza

Um primeiro caminho que leva à economia de solidariedade parte da situação de pobreza e marginalidade em que se encontram grandes grupos sociais.

A pobreza, é claro, não é um fenômeno novo; porém, nas últimas décadas parece ter-se alastrado por todos os países Latino-Americanos. Tem-se estendido quanto ao tamanho da população afetada, que vem crescendo incessantemente até alcançar, em alguns países, porcentagens acima do 50% da população, e tem-se tornado profunda quanto a radicalidade e intensidade alcançada, observando-se uma crescente distância entre os níveis da qualidade de vida que separam os pobres e os ricos da região.

É importante compreender as razões desta expansão da pobreza, que se dá em concomitância com as transformações que está experimentando a economia e com as tendências que têm predominado na reorganização dos mercados.

Nas sociedades modernas, dois são os setores em que as pessoas podem fazer seus aportes à economia e obter dela os bens e serviços necessários para viver: a economia de empresas e de mercado e a economia pública e estatal.

Na economia de empresas e no mercado de intercâmbios se participa na medida do que se tem: dinheiro, bens, recursos, capacidades de trabalho, etc. Quando se carece de bens que vender, de ingressos para comprar, de força de trabalho e outros fatores de produtividade adequada que se possa ofertar, permanece-se nas margens ou simplesmente fora deste setor. Algo semelhante acontece no setor público, porém este assume, adicionalmente, a responsabilidade subsidiária de proporcionar vias de solução para a pobreza através do desdobramento das chamadas políticas sociais.

Ora, nos últimos anos tem-se enfatizado uma tendência a outorgar ao mercado de intercâmbios a responsabilidade na canalização dos aportes e retribuições econômicas - consignar os recursos e distribuir o produto e a riqueza-, ao mesmo tempo em que tem diminuído o papel re-distributivo e econômico do estado, com a decorrente diminuição de sua capacidade de dar solução aos problemas sociais. Ambas tendências, na medida em que se verificam simultaneamente, deixam de fora das possibilidades de participar na economia a uma maior parcela daqueles que não possuem bens para intercambiar, ou que possuem pouco dinheiro para comprar e uma força de trabalho de menor produtividade que não acha ocupação nas empresas ou instituições.

Como conseqüência disto, muitas pessoas e grupos sociais encaram um agudo problema de subsistência. Marginalizados da economia oficial, vêm-se na necessidade de desenvolver verdadeiras estratégias de sobrevivência, realizando qualquer tipo de atividades econômicas informais e por conta própria para obter os ingressos que garantam a satisfação de suas necessidades básicas.

Tem surgido assim, desde a realidade da pobreza, um terceiro modo de participar e obter os meios para viver: a -mal chamada- economia informal ou economia invisível, a que preferiremos denominar **economia popular** em vistas ao fato da maior transcendência

econômica e cultural que ela implica, a qual seria a ativação e mobilização econômica do mundo popular.

Isso nos coloca perante o fato de que, junto à expansão quantitativa da pobreza, tem sido verificada sua transformação qualitativa, num processo de enormes projeções culturais e sociais.

Transformação da pobreza

Dito de maneira sintética, o mundo da pobreza consistia duas ou três décadas atrás, basicamente, naquela parcela da população que não tinha conseguido se integrar à vida moderna devido a que as infraestruturas urbanas (ruas, moradias, saneamento básico, etc.), produtivas (industriais, postos de trabalho) e de serviços (educação, saúde, etc.) não cresciam rápido o suficiente como para absorver a massa social urbana que aumentava aceleradamente pela explosão demográfica e as migrações do campo à cidade. Os extremamente pobres eram os que não tinham experimentado um desenvolvimento cultural e do trabalho como requerido pelo processo social moderno, e constituíam uma certa porcentagem da sociedade que se aglomerava na periferia das grandes cidades.

Resumindo, aquela marginalização resultava da reorganização da economia e da estrutura social que tinha sua origem na expansão das formas industriais e estatais modernas, as que foram deslocando e desarticulando o tecido social e as tradicionais atividades de produção, distribuição e consumo, afetando especialmente aos grupos sociais indígenas, camponeses e artesanais. Como o setor moderno crescia e manifestava capacidades para absorver forças de trabalho e satisfazer demandas de consumo, produzia-se adicionalmente, um efeito de atração para muitos, os que abandonaram permanentemente suas formas de vida tradicionais e emigraram para as grandes cidades à procura de outros modos de vida.

Porém, os que não conseguiram se integrar, não podendo dar, no contexto marginal urbano, um uso às suas capacidades e destrezas laborais (formadas em e correspondentes a esses modos de produção camponeses e artesanais), encontravam, só na ação social do setor público, suas possibilidades de sobrevivência e de re-inserção. Toda sua ativação social tendia a se expressar, assim, em termos reivindicativos e de pressão.

Aquela pobreza e marginalização residual (por chamá-la de algum modo), seguem existindo na atualidade. Contudo, o mundo da pobreza é hoje muito mais numeroso, porque fora engrossado por uma massa de pessoas que, havendo alcançado anteriormente algum grau de participação no mundo do trabalho, no consumo, na organização e na vida moderna, experimentaram logo, um processo de exclusão: desemprego, perda de benefícios sociais, subemprego, etc.

O que tem acontecido é, em síntese, que o processo industrial e estatal moderno não só não absorveu todas as forças de trabalho e as necessidades sociais que cresceram junto com a população, senão que, incluso, começou a expedir uma parcela dos que, em algum momento, tinha incorporado.

Essa massa social de pessoas que foram excluídas após ter experimentado algum nível de participação e integração, modificou a configuração cultural, social e econômica do mundo do pobre e marginal. Porque os que participaram, em alguma fase das suas vidas, da organização moderna, mesmo que precariamente, são pessoas que desenvolveram certas capacidades, comportamentos e hábitos próprios da modernidade. Poderia-se dizer que, assim, o mundo marginal viu-se enriquecido de conhecimentos, destrezas laborais, níveis de consciência, competências técnicas, capacidades organizativas, e outras aptidões presentes numa massa social numerosa que a sociedade “oficial” num momento integrou mas que logo descartou.

Juntou-se, assim, no mundo dos pobres, os remanescentes da cultura e habilidades tradicionais com precárias, porém reais, capacidades e destrezas adquiridas recentemente.

A economia popular

Essas capacidades e competências do mundo popular, excedentes com relação às demandas do mercado e do mundo formal, não permaneceram inativas pelo só fato de as empresas e o Estado não as ocuparem. Tendo sido excluídos tanto da possibilidade de trabalhar quanto da de consumir na economia formal, sendo colocados perante um agudo problema de subsistência, o mundo dos pobres ativou-se economicamente, dando lugar a diversas iniciativas e organizações que configuram a que denominaremos de “economia popular”.

Dita economia popular combina recursos e capacidades laborais, tecnológicas, organizativas, e comerciais de caráter tradicional com outras de tipo moderno. O resultado é um inacreditavelmente heterogêneo e variado se multiplicar de atividades orientadas a assegurar a subsistência e a vida cotidiana. Ela opera e se expande procurando os meandros e as oportunidades que acha no mercado: busca aproveitar benefícios e recursos proporcionados pelos serviços e subsídios públicos, insere-se em experiências promovidas por organizações não governamentais, e, inclusive, às vezes, consegue reconstruir relações econômicas baseadas na reciprocidade e a cooperação, que predominavam em formas mais tradicionais de organização econômica.

É notável a variedade de experiências que conformam a economia popular. Assim sendo, não é possível se referir a ela de um modo adequado, em vistas ao nosso propósito de visualizar o caminho que conduz desde ela à economia de solidariedade, se não efetuarmos uma tipologia que possa diferenciar suas diversas manifestações. Com efeito, encontramos nela, ao menos as seguintes formas principais:

- a) O **trabalho por conta própria** de inúmeros trabalhadores independentes, os que produzem bens, prestam serviços ou comercializam em pequena escala nas casas, ruas, praças, meios de transporte urbano, feiras populares e outros lugares de aglomeração urbana. Uma pesquisa realizada no Chile, sobre estes trabalhadores autônomos, identificou mais de quatrocentos “ofícios” diferentes, exercidos informalmente.
- b) As **microempresas familiares**, unipessoais ou de dois ou três sócios, que elaboram produtos ou comercializam em pequena escala, aproveitando, como local de trabalho, algum quarto da moradia em que habitam ou adjacente a esta. Nos bairros populares das grandes

idades de América latina, o fenômeno da microempresa tem se estendido, a tal ponto, que é normal a existência de, ao menos, uma delas a cada quatro ou cinco moradias.

c) As **organizações econômicas populares**, isto é, pequenos grupos ou associações de pessoas ou famílias que unem e gerenciam conjuntamente seus escassos recursos para desenvolver, em termos de cooperação e ajuda mútua, atividades geradoras de ingressos e provedoras de bens e serviços que satisfaçam necessidades básicas de trabalho, alimentação, saúde, educação, moradia, etc. Oficinas de trabalho solidário, comitês de moradia, “comprando juntos”, centros de abastecimento comunitário, “construindo juntos”, hortas familiares, programas comunitários de desenvolvimento local, etc. são alguns dos tipos de organizações econômicas populares mais difundidas. (*)

Causas estruturais da economia popular

Uma das interrogantes que coloca a economia popular, com suas variadas manifestações, aponta a identificar se trata-se de um fenômeno conjuntural e passageiro, ou se estamos perante uma realidade estrutural e permanente, destinada a perdurar no tempo e que estaria recém emergindo como a parte visível de um iceberg. Para encontrar uma resposta é preciso aprofundar nas causas do fenômeno.

A primeira afirmação que podemos fazer ao respeito, é que a explicação do fenômeno não se encontra exclusivamente em processos internos de cada país, nem se esgota no relevamento dos efeitos e das políticas neoliberais que se implementaram nos últimos anos em muitos deles. Tratando-se de um fenômeno que se estende por toda América Latina e, de certo modo, pelo mundo todo, devemos reconhecer que suas raízes são muito mais profundas, estruturais e internacionais.

Nossos países estão sendo profundamente afetados por transformações e tendências globais que atingem a economia e os mercados mundiais. Nos países de industrialização avançada vêm-se estendendo e acentuando três grandes processos que nos afetam sem que nada possamos fazer para evitá-lo.

O primeiro, é a impressionante concentração de **concentração de capitais** que implica a constituição e desenvolvimento das grandes empresas e trustes multinacionais. Estes gigantes empresariais -que operam nas grandes finanças, a produção e o comércio- penetraram extensivamente nossos mercados, de maneira que grande parte dos bens que utilizamos (não só bens de capital senão bens de consumo e de fácil produção local) provém de ditas multinacionais. A economia mundial tende a girar em torno dessas empresas, que utilizam os melhores recursos e fatores disponíveis, e condicionam, cada vez mais diretamente, os mercados e as economias locais. Na medida em que se estende o campo de suas atividades, as possibilidades de competir com eles se reduzem, o que significa a diminuição das oportunidades de ação econômica para os demais sujeitos nacionais (incluindo o Estado).

O segundo fenômeno, é a **competição econômica entre os três grandes centros do mundo desenvolvido**: os Estados Unidos, a Comunidade Européia e o Japão com seus satélites. Está travada, entre tais potências econômicas, uma luta pelo controle dos mercados, a que se desenvolve sem que nossos países possam ser outra coisa senão territórios do confronto. Impulsionadas por essa competição, as grandes empresas estão

obrigadas a racionalizar suas operações, elevar sua produtividade, procurar crescentes utilidades e acelerar os retornos das ganâncias obtidas nos nossos países, para poder efetuar novos investimentos que lhes permitam prosseguir nessa competência exacerbada.

O terceiro fenômeno, vinculado aos anteriores, é o acelerado processo de **inovações tecnológicas**: a informática, a robótica, a bioengenharia, a revolução verde, etc. que no conjunto constituem a denominada “revolução científico-tecnológica” que se estende por todas os ramos da produção e os serviços modificando os modos de trabalho e diminuindo, alterando e mudando os requerimentos de força laboral.

A combinação desses três processos afeta profundamente as realidades econômico-sociais dos países subdesenvolvidos. Dois são os efeitos principais que, aqui, queremos salientar.

O primeiro consiste na aplicação nos nossos países, de um processo de modernização parcial, o que alcança somente alguns aspectos da atividade econômica e a tão somente alguns setores sociais e laborais. No intuito de participar na modernização, para não ficar “fora da história”, nossas sociedades estão fazendo enormes esforços por manter o vínculo com os mercados internacionais e para assimilar alguns dos processos existentes no mundo desenvolvidos. Entre tais esforços devemos contar os feitos para pagar a dívida externa e manter a nossa “credibilidade”, para ampliar e diversificar as exportações, para ingressar capitais externos. Isto se traduz em importantes reestruturações que reorientam grande parte da economia *para fora*, o que dá lugar a ênfases especiais na racionalização e na produtividade. Ainda assim, os esforços internos são insuficientes para conseguí-lo e as nossas economias abrem-se à inversão estrangeira que vem a reforçar esta orientação *para fora*. Como resultado disso, nestes países vêm-se introduzindo **elementos de modernização**, inclusive avançada, mas a que acede somente a uma parte da sociedade.

Trata-se pois, de uma modernização **parcial e dependente**, nitidamente desequilibrada, se a julgarmos do ponto de vista das necessidades humanas e sociais, e que beneficia um só segmento da população -o de elevados ingressos- com algum benefício limitado para os setores médios que têm acesso ao consumo moderno e para setores de trabalhadores e empregados em operações especializadas nas empresas do setor moderno.

O segundo efeito decorrente da reestruturação dos mercados mundiais é a diminuição dos papéis redistributivos do Estado, que se traduz numa crescente incapacidade do mesmo para responder às demandas sociais. Há varias décadas o setor público vinha crescendo em tamanho e em funções e atividades, e, por tanto, foi crescente a utilização, por parte do mesmo, de recursos materiais, financeiros e humanos. Na atualidade, os mesmos processos de modernização parcial da sociedade e da economia colocam exigências de modernização do Estado com relação a seus sistemas administrativos, aos serviços de saúde e educação, a seus aparelhos e equipamento militar e policial, etc. e exigem que as empresas por ele controladas, destinem também crescentes recursos destinados a sua modernização tecnológica. Chegou-se assim numa situação de desfinanciamento do setor público, que levou a desequilíbrios macroeconômicos consideráveis. Os fenômenos de hiperinflação que afetaram numerosos países da América Latina foram, em grande parte, resultado desta crise. As decorrentes políticas de ajuste, acompanhadas de processos de privatização de empresas e serviços, tendentes a aliviar a carga do setor público e a angariar recursos que permitissem cobrir os déficits fiscais, estão significando uma

reversão estrutural muito rápida daqueles processos de expansão do estado, os que tínhamos experimentado por várias décadas.

A expansão da pobreza pode se entender, em grande medida, como causada pelos fenômenos descritos. Com efeito, a modernização parcial da economia implica numa reestruturação tecnológica e econômica das empresas, reduzem-nas e modificam a demanda de força de trabalho e, inclusive, expulsam trabalhadores. Outras empresas são levadas à falência enquanto não conseguem manter o ritmo da modernização nem sustentar preços competitivos internacionalmente, em economias abertas.

A isto agrega-se que o Estado -devido a sua crise financeira- tampouco está em condições de absorver força de trabalho e também reduz seu quadro de servidores e inclusive vê-se enfrentado à necessidade de reduzir seu gasto social.

Daí o fenômeno que assinalamos: a necessidade de que os pobres e marginalizados possam achar em si próprios as forças necessárias para subsistir, iniciando atividades por conta própria em quaisquer das formas mencionadas.

Economia popular e solidariedade

A economia popular, em suas variadas manifestações e formas, contém importantes elementos de solidariedade que é importante reconhecer e salientar. Há solidariedade nela, em primeiro lugar porque a cultura dos grupos sociais mais pobres é naturalmente mais solidária do que a cultura dos grupos sociais de maiores ingressos. A experiência da pobreza, da carência experimentada como urgência cotidiana de assegurar a subsistência, leva a muitos a vivenciar a importância de se compartilhar o pouco que se tem, de formar comunidades e grupos de ajuda mútua e de recíproca proteção. O mundo popular, posto a fazer economia, a faz *“do seu jeito”*, com seus valores, com seus modos de pensar, de sentir, de se relacionar e de atuar.

A isto se agrega o fato de que cada pessoa ou família, ao dispor de tão escassos recursos para realizar suas atividades econômicas, precisa dos próximos que enfrentam igual carência para complementar a força de trabalho, os meios materiais e financeiros, os conhecimentos técnicos, a capacidade de gestão e organização e, em geral, a dotação mínima de fatores indispensáveis para criar a pequena unidade econômica que lhes permitirá uma operação viável. Assim sendo, não é difícil encontrarmos exemplos significativos de solidariedade nas feiras populares, entre os artesões pobres, entre os pequenos negócios e suas freguesias locais.

À procura destes elementos de solidariedade, nosso olhar torna-se mais específico e particularmente sobre um dos tipos de experiências da economia popular: aquelas formas associativas aparecem como organizações sociais e comunitárias e que denominaremos, genericamente, **organizações econômicas populares**. As focalizaremos de modo especial justamente porque, em vistas a sua particular dimensão organizacional, podemos levantar hipóteses e postulados ao seu respeito, no sentido de uma conformação social mais definida, alguma maior potencialidade de ser sujeito e ator de um processo de construção de uma economia de solidariedade, e alguma capacidade de estar na vanguarda

e de ser orientadora de um processo mais amplo de organização social da economia popular.

O que sustenta esta hipótese é a observação e relevamento de dez características preponderantes, compartilhadas pela maior parte destas organizações, sendo estas:

1. Trata-se de iniciativas que se desenvolvem nos **setores populares**, entre os mais pobres e marginalizados.
2. São experiências associativas, do tipo “pequenos grupos” ou comunidades. Não são organizações “de massas”, senão **associações personalizadas** cujos membros se reconhecem em sua individualidade.
3. São formas de **organização** no sentido técnico da palavra. Têm objetivos precisos, organizam racionalmente os recursos e meios para alcançá-los, programam atividade definidas no tempo, estabelecem procedimentos de tomada de decisões, etc.
4. São organizações de um claro conteúdo econômico. Surgiram para encarar problemas e necessidades econômicas, realizam atividades de produção, consumo, distribuição de ingressos, poupança, etc. Para tal, racionalizam a utilização de recursos escassos. Podem ser reconhecidas como autênticas **unidades econômicas**, embora desdobrem suas atividades a outras dimensões da vida social.
5. Estas organizações procuram satisfazer carências e enfrentar os problemas sociais de seus integrantes através de uma **ação direta**, ou seja, mediante o próprio esforço e com a utilização de recursos que, para tais efeitos, conseguem obter. Não têm, pois, um caráter reivindicativo (no sentido de pressionar para que outros tomem conta dos seus problemas) mais procuram resolver seus problemas mediante a ajuda mútua e o autodesenvolvimento.
6. São iniciativas que implicam **relações e valores solidários**, no sentido das pessoas estabelecerem laços de colaboração mútua, cooperação no trabalho, responsabilização solidária. A solidariedade constitui-se em elemento essencial da vida das organizações, no sentido de alcançar os objetivos depende, em grande medida, do grau de cooperação, confiança e comunidade que alcançarem seus integrantes.
7. São organizações que querem ser **participativas, democráticas, autogestionárias, e autônomas**, no sentido de que o grupo de integrantes se considera como único chamado a tomar decisões sobre o que se faz, direito que se desprende do esforço e do trabalho que cada um, e o grupo, no seu conjunto, realizam.
8. estas organizações não se limitam a somente um tipo de atividade, mas **tendem a serem integrais**, no sentido de combinarem suas atividades econômicas com outras sociais, educacionais, de desenvolvimento pessoal e grupal, de solidariedade, e freqüentemente, também de ação política e de pastoral religiosa.
9. São iniciativas nas que se pretende ser **distinguidos e alternativos** ao respeito das formas organizativas predominantes (definidas como “capitalistas, individualistas, consumistas, autoritárias, etc.”), e aportar para uma mudança social no sentido de uma sociedade melhor e mais justa. O elo entre a vontade transformadora e o ser alternativo merece ser salientado, enquanto diferencia nestas experiências a intenção de adotar, desde já e no miúdo, os valores e relações que se aspira difundir ou implantar no nível da sociedade global.
10. São organizações que buscam superar a marginalização e isolamento, conectando-se entre elas de modo horizontal, formando **coordenações e redes** que possibilitem propor objetivos de maior envergadura. Do mesmo modo, procuram intensamente a colaboração das instituições não governamentais que oferecem serviços de capacitação, assistência técnica e apoios vários, ou de instituições públicas e comunais quando estas se mostram abertas a experiências comunitárias.

Identidade e projeto da economia popular

A presença deste conjunto de características distintivas leva a definir, nas organizações econômicas populares, uma **identidade própria**, diferente das de outros tipos de organizações populares e de outros movimentos sociais. Mais especificamente, estas organizações econômicas parecem portadoras de uma **racionalidade econômica** especial, de uma lógica interna sustentada em tipos de comportamento e práticas sociais em que a solidariedade ocupa um lugar e uma função central.

As organizações econômicas populares são somente uma parte desse mundo popular e dessa realidade da pobreza economicamente ativada. Porém, é possível observar que desde estas experiências associativas e grupais se abre um processo mais amplo que, aos poucos, pode ir englobando mais setores da economia popular numa perspectiva da economia de solidariedade.

Com efeito, o testemunho destas organizações demonstra e ensina que existem abundantes benefícios passíveis de serem obtidos através da associação e cooperação entre pessoas e atividades econômicas individuais e pequenas. Operando juntos é possível desenvolver atividades de maior envergadura: pode-se por, exemplo, ter acesso a melhores preços no abastecimento de insumos, ou poder complementar atividades produtivas reduzindo custos, ou substituir intermediários mediante a comercialização conjunta, ou ter acesso a créditos através de avais cruzados, ou aprender novas técnicas produtivas e de gestão mediante a troca de experiências, etc.

Algumas experiências associativas mais avançadas mostram que é possível as organizações da economia popular chegarem a operar em níveis adequados de eficácia, sem perder as características que as distinguem. Em seu crescimento, é provável que muitas destas unidades econômicas mudem de formas, de modos de organização, de estrutura funcional, etc., porém sem que isto afete, necessariamente, o caráter solidário e alternativo que as diferencia.

A perspectiva é de chegarem todas elas a configurarem -junto de outras formas de empresas alternativas, familiares, autogestionárias e cooperativas- um setor de economia popular solidária. Um setor talvez pequeno, porém dinâmico e expansivo, que se insira ativamente na economia nacional, aportando nela não somente o resultado concreto do seu trabalho, senão também o estímulo renovador dos seus valores próprios, a força inovadora da criatividade popular, energias gestionárias e empresariais de novo cunho.

A economia popular, na sua atual heterogeneidade e dispersão, carece ainda de uma identidade social definida e de um projeto comum. **Fazer da economia popular uma economia de solidariedade** pode vir a configurar esse projeto que faz falta para que este setor de atividade se potencie e desenvolva coerentemente, fazendo um aporte substancial à superação da pobreza.

Tal projeto é possível porque, como vimos, existem na economia popular, germes ou embriões do que pode vir a ser uma economia solidária cimentada no trabalho. Desdobra-se nela uma racionalidade econômica peculiar, a que deriva do fato de que nela os principais fatores econômicos são o trabalho e a cooperação. Estes inícios da economia do trabalho e da solidariedade podem ser desenvolvidos, como é demonstrado pela experiência das organizações econômicas populares. Neste sentido há um grande esforço

cultural e formativo a ser realizado. Descobrir o valor do trabalho bem realizado, do “bom trabalho”, do “trabalho realizado em amizade”. Descobrir e potencializar o sentido da solidariedade, da cooperação, o valor da organização solidária, a especial eficiência do amor e da solidariedade.

Este é o primeiro caminho na direção da economia de solidariedade, empreendido por muitos desde a realidade da pobreza e a partir das experiências da economia popular.